

UNE vai à Justiça para não pagar por novos salários de professores

A União Nacional dos Estudantes (UNE) entrou ontem com uma ação na Vara de Fazenda Pública do Rio para requerer a anulação da medida determinada pelo Conselho Estadual de Educação, que permite o repasse do reajuste dos professores e funcionários às mensalidades. Para a entidade estudantil, o repasse é ilegal, porque não está previsto em nenhuma lei federal.

A UNE também contesta os 50 por cento de aumento nas mensalidades concedido pelo Conselho, considerando que o aumento legal era de 35 por cento, mais 15 negociáveis com os diretórios centrais dos estudantes e as associações dos professores.

Segundo o advogado da UNE, Luis Eduardo Corrêa, a deliberação dá o aumento de 50 por cento sem que tenha havido um consenso entre as três partes envolvidas.

Como a decisão judicial pode demorar até dois anos, o advogado da UNE, Luís Eduardo Corrêa, aconselha pais e alunos a entrarem em Juízo com uma consignação em pagamento. Assim, depositariam só o equivalente ao reajuste de 35 por cento até o julgamento do recurso. Luís Eduardo coloca-se à disposição, na sede da entidade — Rua do Catete 243 —, dos que quiserem impetrar esse recurso.